

Informação única para o fisco, INE, BP

Revolução no depósito de contas

Notícias

A CTOC entregou à Secretaria de Estado da Justiça um documento que continha uma série de propostas sobre a simplificação de alguns actos da vida das empresas. Um desses actos era a abolição da obrigatoriedade dos livros selados nas empresas, com excepção do livro de actas, o que mereceu acolhimento, encontrando-se a respectiva lei já alterada no sentido das pretensões manifestadas pela Câmara.

Outra das sugestões prendia-se com uma nova formulação para o depósito de contas, a qual passava pela criação de um novo figurino, fundamentalmente suportado na desmaterialização daquele acto, na sua

simplificação e na intervenção dos profissionais.

O Ministério da Justiça quer ir mais além. Quer uniformizar a diversa informação dada pelas empresas a diversas entidades. Ou seja, sem perder de vista os objectivos dos diferentes organismos, deseja-se que a simplificação pretendida se constitua em informação única, servindo para a Administração Fiscal, Banco de Portugal (BP), Instituto Nacional de Estatística (INE) e depósito de contas.

Este objectivo consegue-se pela desagregação até aos níveis mínimos necessários da informação contida na declaração anual e respectivos anexos.

É provável que no decurso do mês de Setembro todas as questões colocadas estejam resolvidas, sendo possível pensar-se que, no máximo em Outubro, poderemos ter o enquadramento jurídico desta nova e muito importante iniciativa para as empresas portuguesas.

Ao encontrar-se uma formulação exequível onde seja possível o uso das novas tecnologias na recolha da informação, dar-se-á um extraordinário salto na simplificação da vida das empresas. Passará a condensar-se numa única informação, a fiscal, toda a informação que até agora as empresas de uma forma desgarrada tinham que prestar ao INE, BP e às conserva-

tórias, para efeitos do depósito de contas.

Logo que concluído o processo e, atendendo a que esta será uma nova funcionalidade a atribuir aos Técnicos Oficiais de Contas, a CTOC em colaboração com as restantes entidades, programará formação específica sobre este novo método de depósito de contas. ★

02

Condições especiais para TOC

Cursos de pós-graduação no ISEG/IDEFE

O ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) organiza a partir dos meses de Setembro e Outubro, em articulação com o IDEFE (Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos,

Financeiros e Empresariais) um vasto programa de pós-graduações para o ano lectivo 2006/2007, em que se destacam, como áreas de especial interesse para os TOC, os cursos de Análise Finan-

ceira, Contabilidade Pública, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, Normas Internacionais de Contabilidade, Relato Financeiro e Gestão Fiscal das Organizações. Os TOC que desejem candi-

datar-se terão condições especiais.

Para informações adicionais contacte a secretaria do IDEFE através do telefone 21 392 58 88 ou consulte os endereços www.iseg.utl.pt e www.idefe.pt. ★

03 Autarquias apresentam lucro de 611 milhões de euros em 2004

II Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses
lançado na sede da CTOC

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a exemplo do ano anterior, apoiou a apresentação e divulgação do II Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o que se verificou no passado dia 11 de Julho no auditório da CTOC. Da vasta informação contida no trabalho, ficou a saber-se, por exemplo, que os municípios portugueses apresentaram um lucro de 611 milhões de euros no ano de 2004 e têm uma dívida acumulada de 5,5 mil milhões de euros, apesar de 234 deles apresentarem resultados económicos positivos.

Apoiado pela CTOC, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e Tribunal de Contas, este estudo, levan-

do a cabo pelos professores universitários João Carvalho (Universidade do Minho), Maria José Fernandes (Instituto Politécnico do Cávado e do Ave), Pedro Camões (Universidade do Minho) e Susana Jorge (Universidade de Coimbra) vem trazer ao panorama nacional, como fez questão de salientar Domingues de Azevedo, «uma visão integrada sobre a situação económica e financeira dos municípios portugueses.»

O presidente da Direcção da CTOC lembrou que faltava em Portugal «um trabalho que nos fornecesse uma ideia real sobre o que é o poder local, qual o peso que tem no dia a dia dos cidadãos, qual a sua verdadeira situação finan-

ceira. Com este estudo, essa lacuna é preenchida.»

Para justificar o envolvimento da CTOC neste projecto, Domingues de Azevedo lembrou que é importante a Instituição «apoiar e incentivar trabalhos de investigação deste género e dar o mérito a quem o tem. E este trabalho tem muito mérito.»

Por outro lado, como entidade reguladora da profissão de Técnico Oficial de Contas, interessa também à Câmara, sustentou o seu presidente, «ver como está a ser implementada a Contabilidade Pública, porque parece existir um conceito enraizado na nossa sociedade de que tudo o que é público tem um grau de exigência menor. Nós pensamos precisamente o contrário. Tudo aquilo que é público, porque é de todos, deve ter um elevado grau de exigência e ser melhor do que aquilo que existe no sector privado.»

Ciente da importância que trabalhos como este têm para o desenvolvimento do ensino e da investigação na área contabilística em Portugal, Domingues de Azevedo deixou o

desafio: «Apareçam mais projectos como este que a CTOC, dentro das suas possibilidades, tentará apoiá-los. Queremos continuar a inovar e a desassossegados os espíritos mais sossegados.»

Independência financeira de 49 por cento

Perante uma plateia onde pontificavam alguns dos grandes nomes do ensino da Contabilidade em Portugal, Pedro Camões e João Carvalho apresentaram então um resumo daquilo que pode ser encontrado nas 138 páginas do anuário financeiro.

Tendo como objectivo aferir o grau de implementação do POCAL, comprovar a fiabilidade da informação dos documentos de prestação de contas e apresentar informação agregada da situação orçamental, financeira, económica e patrimonial dos municípios portugueses, o estudo concluiu que, de facto, o POCAL está já a ser implementado em todos os municípios. Só que existem lacunas importantes que é urgente corrigir. A saber: informação relata-



da é ainda susceptível de ser questionada quanto à sua fiabilidade, sobretudo na vertente patrimonial. Por outro lado, o grau de conformidade com o novo sistema contabilístico está apenas a 67 por cento, sendo que o sistema de Contabilidade de Custos é o que se encontra no nível mais baixo de implementação.

Nesta catadupa de dados, fica a saber-se também que, em média, os municípios têm uma independência financeira de 49 por cento, mas há um elevado desvio em relação à média. Ou seja, há municípios com uma independência muito elevada (86 por cento) e outros extremamente dependentes (seis por cento).

Por outro lado, os autores concluíram ainda que as receitas provenientes dos novos empréstimos correspondem, em termos médios nacionais, a seis por cento. De salientar que apenas 33 municípios não recorreram a novos empréstimos bancários.

Orçamentos empolados?

Uma área na qual as contas parecem estar longe do ideal é no que diz respeito às receitas. Os municípios previam cobrar mais de 10 mil milhões de euros mas liquidaram 6,6 mil milhões e cobraram 6,5 mil milhões. Ou seja, cerca de 60 por cento do previsto, o que leva a concluir que os orçamentos podem estar

inflacionados ou não existe eficiência nas cobranças.

De salientar ainda que as cobranças resultaram numa média de 645 euros por habitante, sendo que 220 euros dizem respeito a impostos e taxas. Ainda no capítulo das receitas, de referir que as disponibilidades em 1 de Janeiro de 2004 totalizavam cerca de 80 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro esse saldo aumentou para 431 milhões.

Despesas com pessoal são cerca de 30 por cento do total

Relativamente às despesas, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que a principal despesa diz respeito à aquisição de bens de investimento, o que a nível nacional representa cerca de 30 por cento das despesas totais, num total médio de 177 euros por habitante. As despesas com pessoal representam 29 por cento das despesas totais, o que representa cerca de 1,8 mil milhões de euros. Refira-se também que em 2004, os municípios efectuaram despesas de valor superior a 8,3 mil milhões de euros. Na base de caixa, os saldos orçamental, efectivo e primário são globalmente positivos (222 municípios apresentam saldo orçamental positivo). Todavia, se se incluir nas despesas os pagamentos e os compromissos por pagar e, nas



receitas, as cobranças e as liquidações por cobrar, os saldos orçamental, efectivo e primário são globalmente negativos, o que comprova um adiamento do pagamento de compromissos.

Quando se passa para a análise dos passivos, João Carvalho, Pedro Camões, Maria José Fernandes e Susana Jorge concluem que as dívidas totais dos municípios de Portugal Continental são superiores a 5,5 mil milhões, o que corresponde a 533 euros por habitante ou, por outras palavras, a cerca de três anos de impostos municipais. Daquele total cerca de quatro mil milhões são referentes a dívidas à banca. Os autores tiveram também o cuidado de verificar o que aconteceria se a nova Lei da Finanças Locais já estivesse em vigor. Se fosse obrigatório que o endividamento líquido não devesse exceder em 125 por cento o montante das receitas de impostos, transferências do Estado, etc., 89 municípios não cumpririam

esta exigência. Por outro lado, 77 municípios não conseguiriam cumprir com a obrigação que diz que as dívidas a médio e longo prazo não devem ser superiores ao montante das receitas de impostos, transferências do Estado, etc.

Por fim, saliente-se que os activos de todos os municípios estão avaliados em 25 mil milhões de euros e os investimentos financeiros totalizavam 763 milhões de euros no final de 2004.

Na próxima edição do anuário, os autores esperam já obter licença do Tribunal de Contas para que seja possível fazer um *ranking* dos melhores municípios em termos de eficiência na utilização do dinheiro público.

A CTOC continuará a apoiar o desenvolvimento deste e de outros trabalhos que possibilitem aos profissionais e cidadãos em geram uma melhor compreensão da realidade, preferencialmente daquela que se interliga com a profissão. ★



CTOC

CÂMARA dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS
Pessoa Colectiva Pública



INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL IDIFF

15 de Setembro

08h30 – Recepção dos participantes
Entrega de documentação

10h00 – Sessão de abertura

Domingues de Azevedo - Presidente da CTOC
Eduardo Paz Ferreira - Presidente do IDEFF
Ministro da Economia*

10h30 – Pausa para café

10h45 – Sentido e limites da competitividade e concorrência fiscal

Moderador:
Daniel Bessa - Presidente do Gabinete de Estudos da CTOC

1. Concorrência fiscal: sentido e formas

António Carlos dos Santos - Fiscalista, Prof. Univ./membro GECTOC

2. Limites intern. à concorrência e competitividade fiscal

Ciôtilde Palma e Carlos Lobo - Docentes Univ./ membros GECTOC

12h15 – Debate

15h00 – A competitividade e a tributação do rendimento e despesa

1. O IRC português e a competitividade

Ricardo Borges - Docente universitário

2. O IRS português e a competitividade

Manuel Faustino - Consultor do Banco de Portugal/membro GECTOC

16h00 – Pausa para café

16h30 – 2.ª parte

Moderador:
José Xavier de Basto - Fiscalista, Prof. Univ./membro GECTOC

3. A competitividade fiscal vista da Bélgica

Jacques Malherbe - Professor da Universidade de Louvain, Bélgica

4. A tributação da despesa em Portugal e a competitividade

Mário Alexandre - Repr. Permanente de Portugal junto da UE (REPER)

17h30 – Debate

Conferência Internacional

Competitividade e Concorrência Fiscal

15 e 16 de Setembro, 2006

Aula Magna da Reitoria
da Universidade
de Lisboa

Uma iniciativa do Gabinete de Estudos
da CTOC / IDEFF

16 de Setembro

10h30 – A qualidade das normas e da sua aplicação como factor de competitividade

Moderador:
Saldanha Sanches - Professor da Faculdade de Direito da UL

1. O "governo fiscal": preparação da lei fiscal

Fernando Araújo - Professor da Faculdade de Direito da UL

2. A relação fisco-contribuintes

Manuela Duro Teixeira - Consultora

11h30 – Pausa para café

2.ª parte

11h45 – Moderador: Domingues de Azevedo - Presidente da CTOC

3. O papel das organizações profissionais da Contabilidade

Domingos Cravo - Prof. Univ. de Aveiro/membro do GECTOC

12h30 – Debate

15h00 – Tributação das empresas, competitividade e concorrência fiscal, que futuro?

Moderador:
Ana Paula Dourado - Professora da Faculdade de Direito da UL

1. O futuro da tributação das empresas na Europa

Silvia Giannini - Professora da Universidade de Bolonha

2. Experiência holandesa

Ernst Bunders - Representante do IBFD, Holanda

16h00 – Pausa para café

16h30 – Sessão de encerramento

Conclusões

António Carlos dos Santos e Carlos Lobo

17h00 – Intervenções finais

Presidente do IDEFF

Presidente da CTOC

Ministro de Estado e das Finanças*

*A confirmar

Inscrições disponíveis no site www.ctoc.pt

Tel. 21 799 97 19 / 00

Conferência internacional

Competitividade e concorrência fiscal debatida por especialistas europeus

O Gabinete de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (GECTOC) e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uniram esforços e realizam nos próximos dias 15 e 16 de Setembro, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, uma conferência internacional na qual estarão sobre a mesa as mais diversas vertentes relacionadas com a concorrência e competitividade fiscal em Portugal e na Europa.

Daniel Bessa, Paz Ferreira, Xavier de Basto, António Carlos dos Santos, Clotilde Celorico

Palma, Carlos Baptista Lobo, Manuel Faustino, Manuela Duro Teixeira, Domingos Cravo, Jacques Malherbe (Bélgica), Sílvia Giannini (Itália) ou Ernst Bunders (Holanda) são alguns dos especialistas que ao longo de dois dias apresentarão as suas comunicações e a sua visão sobre o que bem poderá ser o futuro da fiscalidade europeia.

Nesta conferência podem inscrever-se os TOC, mas também estudantes e docentes em geral, bem como todos os potenciais interessados nestas matérias.

Por deliberação da Direcção da CTOC, a participação dos

profissionais no evento corresponde a 25 créditos para efeitos do Regulamento do Controlo de Qualidade.

As inscrições (consultar *site* da CTOC ou preencher ficha de inscrição) devem dar entrada nos serviços da CTOC até ao próximo dia 15 de Agosto.

As questões fiscais, de forma directa ou indirecta, cada vez mais se interligam com a profissão de TOC, ocupando um papel de grande destaque na vida das empresas e na sociedade em geral.

A diversidade da sua dimensão, incidência e aplicação na União Europeia gera situações diferenciadas de

concorrência e competitividade, pelo que a sua compreensão pelos Técnicos Oficiais de Contas revela-se fundamental.

A participação neste evento possibilitará um conhecimento mais profundo da realidade e da forma de a saber enfrentar, até porque conta com a presença de importante conjunto de especialistas que, pelas provas dadas, constituem uma garantia de mais-valia sobre a matéria em debate.

As inscrições e respectivo pagamento podem ser, preferencialmente, efectuados pela Internet na página da CTOC. ★



Conferência GECTOC/IDEFF Competitividade e Concorrência Fiscal

15 e 16 de Setembro

INSCRIÇÕES



Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____

Código Postal: _____ NIF: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ E-mail: _____

Inscrições
TOC – 50€

*Estudantes/Docentes do IDEFF
e da FDL – 50€ +IVA*

Outros interessados – 100€ +IVA

Assinatura _____

Se é TOC assinale o seu n.º de membro _____

Pretendo inscrever-me na conferência internacional promovida pelo Gabinete de Estudos da CTOC e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), que se realiza a 15 e 16 de Setembro de 2006, na Aula Magna da Reitoria, Lisboa, pelo que envio cheque n.º _____, s/ o Banco _____, no valor de _____, à ordem da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.



II CONGRESSO DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

NOVOS DESAFIOS

MELHOR FUTURO

PROGRAMA

3 de Novembro

8h-9h30 – Acreditação

9h30 – Sessão de abertura
Presidente da mesa
da Assembleia-Geral da CTOC;
Presidente do Congresso

10h – Pausa para café

10h30-12h30 – “A Profissão na CPLP”
Representantes de Angola, Brasil, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe,
Timor-Leste e Portugal
Presidente da mesa – Secretário de Estado
dos Negócios Estrangeiros e Cooperação*

13h – Almoço

14h30 – “A evolução da profissão”
Presidente da mesa – António Carlos dos Santos
“O papel social da profissão” – Maria Clara Bugarim
“A importância da regulamentação” – António
Domingues de Azevedo

15h30 – Pausa para café

16h – “Ética e Deontologia profissional”
Presidente da mesa – Rogério Fernandes Ferreira
“A Ética e o exercício da profissão” – António
Lopes de Sá
“Cultura deontológica da profissão” – Daniel
Cardoso*

17h – “A qualidade na profissão”
Presidente da mesa – Avelino Azevedo Antão
“O ensino e a qualidade” – Lúcia Lima Rodrigues
“Controlo da qualidade profissional” – António
Lopes Pereira

4 de Novembro

9h30 – “Responsabilidade profissional do TOC”
Presidente da mesa – António Nunes dos Reis
“Responsabilidade/novas oportunidades” –
Clotilde Celorico Palma
“Responsabilidade civil/sigilo profissional” –
Duarte Abecassis

10h – Pausa para café

10h30-12h00 – “Normalização contabilística”
Presidente da mesa – José Vieira dos Reis
“Perspectivas evolutivas da normalização” –
Domingos José Cravo
“O papel da normalização contabilística em
Portugal” – José Alberto Pinheiro Pinto
“As Normas Internacionais de Contabilidade e a
Fiscalidade” – Joaquim Cunha Guimarães

12h30 – Almoço

14h30 – “O TOC na Administração Pública”
“O TOC como factor de valor acrescentado” – João
Baptista Costa Carvalho
“A Contabilidade Pública como instrumento de
gestão” – Rui Fernando Silva Rio

16h – Pausa para café

16h30 – Mensagem do Secretário-Geral
do Congresso

17h – Sessão de encerramento

*A confirmar

II Congresso dos TOC IPAD 05 apoia iniciativa

Nos próximos dias 3 e 4 de Novembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, realiza-se o II Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas. Para além do debate das questões constantes dos painéis seleccionados, pretende-se abrir portas à colaboração dos profissionais dos países de língua oficial portuguesa e, aproveitando a experiência da CTOC no domínio da implementação da profissão de interesse público, ajudá-los também nesse percurso.

Com este cenário como pano de fundo, solicitou-se uma reunião com o IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o qual garantiu o apoio necessário ao desenvolvimento e divulgação da iniciativa.

Paralelamente, a CTOC já contactou as embaixadas em Portugal dos países de língua oficial portuguesa onde a profissão ainda não se encontra regulamentada, com vista a estabelecer contacto

com os respectivos Ministérios das Finanças para que estes nomeiem os representantes ao II Congresso.

Nos termos da deliberação da Comissão Organizadora do Congresso e ratificada pela Direcção da CTOC, as representações daqueles países serão constituídas da seguinte maneira: Brasil (a indicar pelo Centro Federal da Contabilidade) 5 elementos; Angola 3; Moçambique 3; Guiné-Bissau 2, Cabo Verde 2, S. Tomé e Príncipe 2 e Timor-Leste 2.

No que respeita à organização, optou-se por escolher os temas em debate e para a sua análise convidar especialistas de renome sobre as temáticas tratadas, em alternativa às intervenções livres.

A realização do II Congresso dos TOC, a exemplo do que aconteceu com o VIII Prolatino, constituirá um momento alto da profissão.

Por isso, a Direcção convida todos os membros a inscre-

verem-se neste evento, pois ele constituirá uma excelente oportunidade para aprofundar os conhecimentos e sensibilidades sobre as temáticas em debate.

Com a conclusão do programa, a comissão organizadora, de que fazem parte para além de A. Domingues de Azevedo, Alves da Silva (secretário-geral), Armando Marques, Jaime dos Santos, Avelino Antão e Joaquim Cunha Guimarães, vai convidar o actual ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, a estar presente no evento. A CTOC acredita que ao envolver, ao mais alto nível, as entidades de todos os países participantes, vai imprimir uma dinâmica mais aglutinadora dos propósitos que se pretendem alcançar.

Entretanto, chama-se a atenção dos TOC para a necessidade de efectuar a sua inscrição o mais breve possível, devido a questões logísticas. ★



II Congresso dos TOC

3 e 4 de Novembro

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____

Código Postal: _____ NIF: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ E-mail: _____

Número de TOC _____

Pretendo inscrever-me no II Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, que se realiza a 3 e 4 de Novembro de 2006, no Pavilhão Atlântico, Lisboa, pelo que envio cheque n.º _____, s/ o Banco _____, no valor de 50€, à ordem da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Assinatura

CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

AV. BARBOSA DU BOCAGE, 45 - 1049-013 LISBOA • TELE. 217 999 700 • FAX 217 957 332 • 217 959 080

217 959 208 • NIF: 503 692 310

www.ctoc.pt

06 Exames na nova sede

Estreia a 8 de Julho



Cumprindo uma parte do seu destino, a nova sede da CTOC acolheu no passado dia 8 de Julho os exames de avaliação profissional. Este teste constituiu a primeira experiência da matriz que a CTOC pretende implementar para a sustentação dos exames de avaliação profissional. O exame de avaliação profissional pretende ser um meio para avaliar até que

ponto os profissionais, nos seus cursos ou no período de estágio, se sensibilizaram o suficiente para compreender a forma de aplicação prática dos conhecimentos teóricos que obtiveram ao longo da sua formação.

Naturalmente que a CTOC não tem a pretensão de exigir profissionais perfeitos, mas defende que a realização dos exames são

fundamentais para que os profissionais compreendam e assimilem a nova etapa da sua vida profissional.

A avaliar pelas críticas, a CTOC está no caminho certo, pelo que o figurino do exame assentará, cada vez mais, em suportes de casos práticos os quais são a fórmula que melhor reflectem as preocupações profissionais da Instituição.

Brevemente, serão anunciadas as datas e locais dos exames a realizar ainda em 2006. Aos que reuniram as condições para se inscrever na CTOC, sejam bem-vindos. Aos que ainda não o conseguiram, fica uma palavra de coragem e força. A grande família dos Técnicos Oficiais de Contas está a vossa espera. ★

07 Nova obra de António Lopes de Sá

«A evolução da Contabilidade»

António Lopes de Sá, amigo de há longa data dos Técnicos Oficiais de Contas, investigador ímpar, natural do Brasil, mas português pelo coração, como ele tanto gosta de afirmar, acaba de ver publicado o seu livro número 180 intitulado «A evolução da Contabilidade». Um mar-

co, só por si, digno de registo.

Editada no Brasil com a chancela da Editora Mapontes, a nova obra deste especialista mundial apresenta todo o curso do progresso do conhecimento contabilístico e permite entender as razões do pensamento em Contabilidade.

Para o “pai” do Prolatino e principal figura da corrente neopatrimonialista, é impossível ter consciência profissional sem compreender o que aconteceu com a formação deste importante ramo do saber. Por outro lado, esta obra apresenta-se também como a mais actualizada sobre todos os principais

acontecimentos na área contabilística, pelo que a sua leitura torna-se, pois, indispensável a todos quantos se interessam por estas matérias. Quem desejar adquirir o livro poderá entrar em contacto com a editora através do email maria.alice@mapontes.com.br. ★